

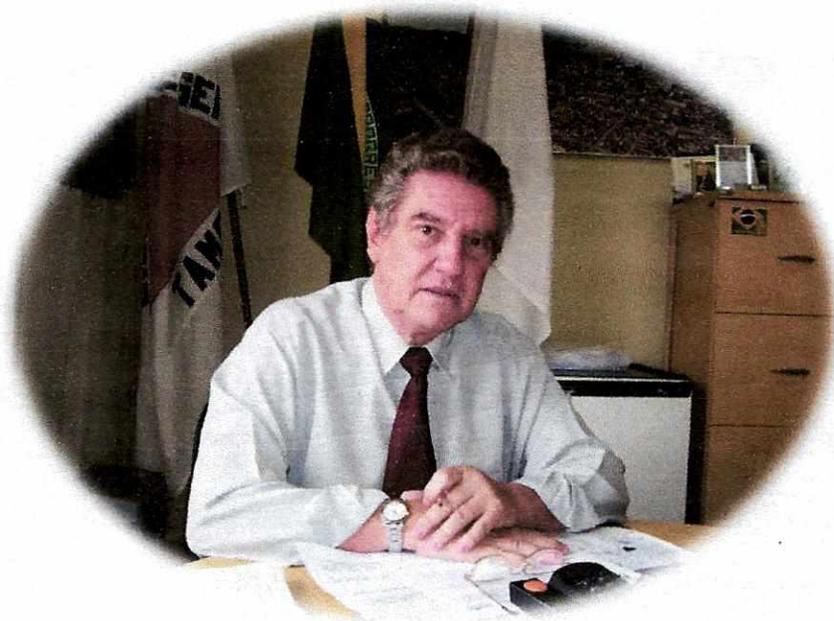


CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

PAÇO LEGISLATIVO 'ANTÔNIO PROCÓPIO DA COSTA'



MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES Nº 19/2018



**Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal
de Santa Rita do Sapucaí – MG.**

O vereador que esta subscreve apresenta a presente Moção de Congratulações ao santa-ritense Ronaldo de Azevedo Carvalho, Deputado Federal Constituinte, pelos 30 anos de promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

A Constituição Cidadã, promulgada em 5 de outubro de 1988, tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. Após 21 anos de regime militar, a sociedade brasileira recebia uma Constituição que assegurava a liberdade de pensamento. Foram criados mecanismos para evitar abusos de poder do Estado.

A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985 pelo presidente José Sarney, trabalhou durante 20 meses. Participaram 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), com intensa participação da sociedade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

PAÇO LEGISLATIVO 'ANTÔNIO PROCÓPIO DA COSTA'



Durante cinco meses, cidadãos e entidades representativas encaminharam suas sugestões para a nova Constituição. Cinco milhões de formulários foram distribuídos nas agências dos Correios. Foram coletadas 72.719 sugestões de cidadãos de todo o País, além de outras 12 mil sugestões dos constituintes e de entidades representativas.

O debate formal sobre a nova Constituição começou em julho de 1985, com a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, também conhecida como Comissão Afonso Arinos. Composta por 50 membros, ela foi presidida pelo senador Afonso Arinos de Melo Franco. O anteprojeto constitucional foi entregue em setembro do ano seguinte e, embora não tenha sido encaminhado oficialmente ao Congresso, foi publicado e serviu de base para muitos dos constituintes que, em fevereiro de 1987, passaram a debater oficialmente a construção da nova Constituição num trabalho que se desenvolveu em sete etapas, desdobradas em 25 fases distintas.

Direitos fundamentais foram garantidos em várias áreas. Na Saúde, por exemplo, a grande revolução foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje, União, estados e municípios são responsáveis por um sistema integrado de atendimento à saúde ao qual todo cidadão brasileiro e até mesmo estrangeiros têm acesso. Antes, apenas quem era filiado ao antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) podia utilizar os hospitais públicos. O restante era atendido pelas Santas Casas e outras entidades beneficentes.

A Constituição de 1988 colocou a Educação como dever do Estado, inclusive para quem não teve acesso ao ensino na idade certa. Foi ampliada a educação rural e enfatizados os esforços para incluir as crianças com deficiência e a população indígena.

A defesa do consumidor também foi introduzida como um direito fundamental. O Código de Defesa do Consumidor foi elaborado por determinação expressa da Constituição.

A nova Carta também garantiu ao brasileiro o pleno acesso à Cultura e conferiu ao Estado a obrigação de proteger todos os tipos de manifestações tipicamente nacionais, como a indígena, a popular e a afro-brasileira.

A Constituição de 88 reconheceu a importância da biodiversidade ao dedicar um capítulo ao Meio Ambiente. Passou a exigir avaliação de impacto ambiental para obras e abriu caminho para legislações posteriores, como a Lei das Águas e a Lei dos Crimes Ambientais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

PAÇO LEGISLATIVO 'ANTÔNIO PROCÓPIO DA COSTA'



Outra revolução importantíssima após tantos anos de regime militar foi a possibilidade de os cidadãos apresentarem projetos de lei, com a assinatura de 1% dos eleitores do País.

Ronaldo de Azevedo Carvalho, homenageado nesta Moção, teve ativa participação na elaboração da nova Constituição.

Nascido em Santa Rita do Sapucaí em 1942, é filho do engenheiro Edmur Carneiro de Carvalho e da professora Edméia Sodré de Azevedo Carvalho.

Em 1962 concluiu o curso técnico de eletrônica na cidade natal. Formado em engenharia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1968, no ano seguinte tornou-se professor da universidade, permanecendo no cargo até 1976. Em novembro desse ano, foi eleito prefeito da cidade natal, na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado no país a partir de abril de 1964, assumindo o mandato no início de 1977. Entre 1980 e 1981 exerceu a presidência da Associação dos Municípios do Médio Sapucaí (Amesp).

Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), agremiação que aglutinou os antigos membros do MDB, e, nessa legenda, foi eleito deputado estadual no pleito de novembro de 1982. Deixou a prefeitura de Santa Rita do Sapucaí no início de 1983 e assumiu a cadeira na Assembléia mineira em março seguinte. Em 1984, presidiu a Comissão de Economia e Obras Públicas, assumiu a vice-liderança da bancada do PMDB na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e tornou-se delegado nacional do seu partido.

No pleito de novembro de 1986, elegeu-se deputado federal constituinte por Minas Gerais, sempre no PMDB, tendo como base eleitoral o sul de Minas. Deixando a Assembléia mineira em janeiro de 1987, assumiu a cadeira na Câmara dos Deputados em fevereiro seguinte, quando tiveram início os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Ainda em 1987, participou da Subcomissão dos Estados, da Comissão da Organização do Estado, e foi suplente da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social.

Nas principais votações da Constituinte pronunciou-se a favor do rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, do mandado de



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

PAÇO LEGISLATIVO 'ANTÔNIO PROCÓPIO DA COSTA'



segurança coletiva, da proteção ao trabalho contra a demissão sem justa causa, da unicidade sindical, do turno ininterrupto de seis horas, da remuneração 50% superior para o trabalho extra, do aviso prévio proporcional, da soberania popular, do voto facultativo aos 16 anos, do presidencialismo, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da proibição do comércio de sangue, da limitação dos encargos da dívida externa, da anistia aos micro e pequenos empresários e da desapropriação da propriedade produtiva. Enquanto Constituinte, votou contra a pena de morte, a legalização do aborto, a limitação do direito de propriedade privada e a legalização do jogo do bicho. Após a promulgação da nova Carta em 5 de outubro de 1988, passou a exercer o mandato ordinário de Deputado Federal.

Em março de 1991, Ronaldo Carvalho foi nomeado secretário-adjunto de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do governador mineiro Hélio Garcia (1991-1994), cargo no qual permaneceu até o final de 1993. No ano seguinte, presidiu a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam). Em 1995, foi designado assessor da presidência das Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (Cemig), função que exerceu até 1997. No ano seguinte, tornou-se diretor do escritório de representação de Minas em São Paulo. Após deixá-lo, em 1999, retornou a Santa Rita do Sapucaí, onde passou a dirigir o jornal de sua propriedade Minas do Sul.

Em 2004 elegeu-se novamente prefeito de Santa Rita do Sapucaí pelo PSDB.

Ronaldo Carvalho cursou Política Urbana na UFMG, marketing político na Associação Brasileira de Marketing de Governo e Administração Municipal no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e Ciência Política na Universidade de Brasília. Ao longo de sua vida profissional, foi também professor titular de eletricidade na Escola Técnica Federal de Minas Gerais e na Universidade de Itaúna (MG), professor-assistente de administração de pessoal na Universidade Católica de Minas Gerais, diretor do Instituto de Ensino Tecnológico de Minas Gerais (Inetec) e membro-diretor da Associação Mineira de Municípios.

É casado com Raquel Valadares Vasconcelos de Carvalho, com quem teve três filhos. É avô de seis netos.

Dentre as dezenas de condecorações que recebeu ao longo de sua vida, destacam-se: a Medalha do Mérito Legislativo, a Medalha do Mérito da Inconfidência e a Medalha do Mérito Santos Dumont.



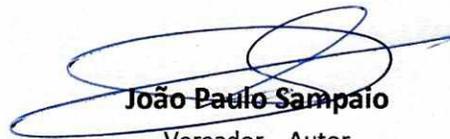
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

PAÇO LEGISLATIVO 'ANTÔNIO PROCÓPIO DA COSTA'



Assim, diante de todo o exposto, nada mais justo que o Poder Legislativo prestar sua homenagem ao santa-ritense Ronaldo de Azevedo Carvalho, Deputado Federal Constituinte, e na qualidade de vereador, requeiro que seja submetida à aprovação do Plenário a presente Moção de Congratulações, para que passe a expressar o reconhecimento da Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí a esta importante instituição.

Sala de Reuniões, 05 de novembro de 2018.


João Paulo Sampaio
Vereador – Autor